

STEMAC S.A. PARTICIPAÇÕES

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa **STEMAC S.A. PARTICIPAÇÕES** é uma Companhia de capital fechado e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 15.383.116/0001-24, e NIRE - Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 433.0005.445-4. Está sediada na cidade de Porto Alegre (RS), Av. Severo Dullius, n.º 1395, sala 1101 - 3, bairro: Anchieta, Cep.: 90.200-310.

A **STEMAC S.A. PARTICIPAÇÕES** foi constituída no ano de 2012 para administrar a Stemac S.A. Grupos Geradores e a Stemac Energia S.A., visando a consolidação dos institutos de Governança Corporativa foi instituído o Conselho de Administração, composto por sete membros, um dos quais independentes, com reconhecimento e diversidade de experiências, mantendo as empresas sob a mesma gestão.

Recuperação Judicial

Em 17 de abril de 2018 a STEMAC S.A. Grupos Geradores ajuizou, em conjunto com as demais empresas do Grupo Stemac, pedido de Recuperação Judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/05.

A despeito de esforços da administração junto a credores, clientes, potencial investidores e adoção de boas medidas de gestão, o pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da crise econômico-financeira da Companhia em decorrência da situação econômico-financeira enfrentada pelo Brasil.

A medida visou proteger o valor dos ativos da Companhia e reestruturar seus negócios, com o objetivo de preservar a sua atividade empresarial como fonte de geração de empregos, tributos e riquezas, e reestabelecer a forma de pagamento de seus credores, sempre com vistas a atender aos seus melhores interesses.

Em 10 de Maio de 2018, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005, o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela STEMAC S.A. Grupos Geradores e demais empresas.

Em 22 de outubro de 2019 a Assembleia Geral de Credores aprovou o Plano de Recuperação Judicial do STEMAC S.A. Grupos Geradores e demais empresas, sendo homologado perante o Juízo da 3ª Vara Cível de Itumbiara em 19 de dezembro de 2019.

A aprovação e homologação do Plano de Recuperação da Companhia possibilitou uma reestruturação abrangente dos passivos e conseqüentemente da estrutura de capital, além de possibilitar continuidade operacional. O plano de Recuperação Judicial está sendo cumprido de acordo com o seu cronograma de pagamento.

Em 27 de agosto de 2024, as empresas do Grupo STEMAC solicitaram, por sentença, a decretação do encerramento da Recuperação Judicial. Em 19 de novembro, obtiveram sentença favorável que determinou a saída do processo de Recuperação Judicial, conforme decisão judicial proferida nessa data. O trânsito em julgado ocorreu em fevereiro de 2025 e, em 1º de julho de 2025, o Tribunal de Justiça de Goiás confirmou o encerramento definitivo da Recuperação Judicial, nos termos do art. 61 da Lei nº 11.101/2005. A alteração da razão social da empresa foi registrada pela Secretaria da Receita Federal.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 13 de março de 2026.

NOTA 02 - EFEITOS DA REESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA

2.1 Créditos Incontroversos. Foram reconhecidos no resultado do exercício, conforme abaixo:

Exercício de 2019

Créditos Habilitados	Saldo Contábil 2019	Saldo Contábil após Deságio	Valor do Deságio
Classe I*	R\$ 7.839	R\$ 17.823	R\$ (9.984)
Classe II	R\$ 76.039	R\$ 23.767	R\$ 52.272
Classe III	R\$ 195.984	R\$ 66.498	R\$ 129.486
Classe IV**	R\$ 2.236	R\$ 2.673	R\$ (437)
Crédito Pequeno Valor**	R\$ 811	R\$ 956	R\$ (145)
Fornecedores Incentivadores	R\$ 38.391	R\$ 37.309	R\$ 1.083
Total Geral 2019	R\$ 321.300	R\$ 149.026	R\$ 172.274

Exercício de 2020

Créditos Habilitados	Valor do Deságio
Classe I*	R\$ (1.860)
Classe II	R\$ 2.957
Classe III	R\$ 3.672
Classe IV**	R\$ (20)
Crédito Pequeno Valor**	R\$ (4)
Financ. Incentivadores	R\$ 20.283
Total Geral 2020	R\$ 25.028

Exercício de 2021

Créditos Habilitados	Valor do Deságio
Classe I*	R\$ (2.029)
Classe IV**	R\$ 7
Financ. Incentivadores	R\$ (169)
Total Geral 2021	R\$ (2.191)

Exercício de 2022

Créditos Habilitados	Valor do Deságio
Classe I*	R\$ (916)
Classe III	R\$ 47.041
Classe IV**	R\$ (33)
Total Geral 2022	R\$ 46.092

Exercício de 2023

Créditos Habilitados	Valor do Deságio
Classe I*	R\$ (963)
Classe III	R\$ (12.683)
Finan. Incentivadores	R\$ 25.225
Total Geral 2023	R\$ 11.579

Exercício de 2024

Créditos Habilitados	Valor do Deságio
Classe I*	R\$ (1.480)
Classe III	R\$ 300
Classe IV	R\$ (345)
Total Geral 2024	R\$ (1.525)

Exercício de 2025

Créditos Habilitados	Valor do Deságio
Classe III	R\$ 56.230
Total Geral 2025	R\$ 56.230

* O incremento no valor da Classe I originou-se de ações trabalhistas habilitadas na RJ.

** O incremento no valor dos Créditos de Pequeno valor originou-se, principalmente, do reconhecimento de juros que não estavam contabilizados.

2.2 Créditos controversos. Referem-se a credores que estão contestando judicialmente os valores habilitados, ou credores que demonstraram interesse em serem credores incentivadores, mas até o encerramento das demonstrações financeiras não haviam exercido a opção. Sendo o deságio referente aos valores destes credores somente serão reconhecidos quando tornarem-se incontroversos.

Créditos Controversos	Saldo Contábil 2021	Valor do Deságio
Banco Itaú	R\$ 79.261	R\$ (51.519)
Banco Votorantim	R\$ 9.526	R\$ (6.192)
Fornecedores Não Habilitados	R\$ 6.644	R\$ (4.319)
Total Geral	R\$ 95.431	R\$ (62.030)

Créditos Controversos	Saldo Contábil 2022	Valor do Deságio
Banco Votorantim	R\$ 9.526	R\$ (6.192)
Fornecedores Não Habilitados	R\$ 4.489	R\$ (2.918)
Total Geral	R\$ 14.015	R\$ (9.110)

Créditos Controversos	Saldo Contábil 2023	Valor do Deságio
Banco Votorantim	R\$ 9.526	R\$ (6.192)
Fornecedores Não Habilitados	R\$ 4.302	R\$ (2.796)
Total Geral	R\$ 13.828	R\$ (8.988)

Créditos Controversos	Saldo Contábil 2024	Valor do Deságio
Fornecedores Não Habilitados	R\$ 4.268	R\$ (2.774)
Total Geral	R\$ 4.268	R\$ (2.774)

Créditos Controversos	Saldo Contábil 2025	Valor do Deságio
Fornecedores Não Habilitados	R\$ 4.253	R\$ (2.764)
Total Geral	R\$ 4.253	R\$ (2.764)

2.3 Plano de Recuperação Extrajudicial

A STEMAC S.A. Grupos Geradores, após encerrar sua **Recuperação Judicial (RJ)** em 2024, entrou com um pedido de **Recuperação Extrajudicial (RE)** em outubro de 2025, buscando reorganizar dívidas remanescentes, representada por 15 credores quirografários, totalizando cerca de R\$ 201,5 milhões, sendo 3 credores signatários no total R\$ 105,8 milhões, representando 52,5% da dívida, superando o quórum mínimo para aprovação da RE, consolidando sua reestruturação e fortalecendo sua posição após a crise anterior e projetando crescimento.

Contexto da Recuperação Extrajudicial (RE)

- **Objetivo:** A RE visa renegociar dívidas específicas com um grupo de credores (não todos) fora do ambiente judicial mais complexo da RJ, para complementar a reestruturação já feita.
- **Motivação:** A empresa, mesmo após sair da RJ, enfrenta desafios macroeconômicos (juros, dólar) que dificultam o capital de giro e o pagamento de certos débitos, que ficaram de fora do plano anterior por questões legais.
- **Dívida Alvo:** O pedido envolve cerca de R\$ 201,5 milhões em créditos, composto por 15 credores, com acordos já assinados com 3 credores signatários que representam 52,5% do total da dívida.

Situação Pós-Recuperação Judicial (RJ)

- **Encerramento da RJ:** A Stemac S.A. Grupos Geradores concluiu seu processo de Recuperação Judicial em novembro de 2024, após ter feito o pedido em 2018.

- **Resultados:** A empresa demonstrou recuperação, com faturamento de R\$ 411 milhões em 2024, um aumento de 43% sobre 2023 e faturamento em 2025 de R\$ 456 milhões, aumento de 11% sobre 2024 e cumpriu as obrigações do plano da RJ.
- **Próximos Passos:** O pedido de Recuperação Extrajudicial (processo nº 5866785-53.2025.8.09.0087) ainda aguarda análise do Judiciário para homologação do acordo.
- **Efeitos do Plano de Recuperação Extra Judicial:**

Créditos Abrangidos – Total

Valor Total	R\$ (reais)
Créditos Abrangidos	201.516.373,40
Créditos Signatários	105.809.111,53
Percentual Total de Adesão	52,5%

Tipos de Crédito	R\$ (reais)	Deságio 85%	Valor créditos após deságio
Créditos Signatários	105.809.111,53	-89.937.744,80	15.871.366,73
Créditos aguardando homologação judicial	95.707.261,87	-81.351.172,59	14.356.089,28
Valor Total	201.516.373,40	-171.288.917,39	30.227.456,01

Os credores signatários assinaram o Termo de Adesão ao Plano de Recuperação Extra Judicial abrangendo a renúncia de seu direito a arrependimento e de desistência de sua anuência, de modo que a assinatura neste Termo de Adesão importa no aceite irrevogável e irretroatável do Credor. O valor do deságio do crédito destes credores foi reconhecido no resultado da companhia no mês de outubro de 2025, o deságio dos demais créditos será reconhecido após a homologação do Plano de Recuperação Extra Judicial pelo judiciário.

- **Pagamento dos credores abrangidos:**
 - Período de carência de pagamento do principal de 03 (três) anos contados da Homologação Judicial
 - **Pagamento.** O pagamento do montante equivalente a 15% (quinze por cento) dos Créditos Abrangidos detidos por cada Credor Abrangido será realizado em 10 (dez) parcelas anuais, vencendo-se a primeira no mês seguinte ao término do período de carência, e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes, conforme cronograma de amortização abaixo:

Amortização	
Ano	Ano Percentual de Amortização (principal + juros)
1	0,00%
2	0,00%
3	0,00%
4	0,50%
5	2,50%
6	5,00%
7	10,00%
8	10,00%
9	10,00%
10	15,50%
11	15,50%
12	15,50%
13	15,50%

Em resumo, a Stemac S.A. Grupos Geradores está usando a ferramenta da Recuperação Extrajudicial para resolver "pontualmente" o endividamento remanescente, visando estabilizar completamente suas finanças e impulsionar seu crescimento futuro.

NOTA 03 - RESULTADO AUFERIDO PELA AÇÃO JUDICIAL DE EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS

A Stemac S.A. Grupos Geradores obteve êxito na ação judicial do processo nº 5003987-83.2019.4.04.7100/RS, que transitou em julgado em 15 de outubro de 2020, reconhecendo em definitivo o direito creditório oriundo dos recolhimentos indevidos que se deram desde 09/02/2002 até a interrupção dos pagamentos, ocorrida após o deferimento de medida liminar postulada com este objetivo em 06/04/2018, de exclusão do valor do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Conforme cálculo elaborado por empresa especializado o crédito tributário em favor da Stemac S.A. Grupos Geradores ficou no montante de R\$132.733, corrigido pela taxa Selic até dezembro de 2020, assim consubstanciada:

Em novembro de 2020 foi reconhecido o valor de R\$ 74.394 na rubrica Outras Receitas (Despesas) Operacionais, referente ao valor principal, e R\$ 58.339 na rubrica Receitas Financeiras referente a atualização pela Selic.

Em dezembro de 2021 o crédito referente ao valor de PIS foi completamente compensado, restando o crédito de R\$ 61.003 de COFINS. Foi reconhecido o valor R\$ 2.424 na rubrica Receitas Financeiras referente a atualização pela Selic.

Tributo	Principal (Nota 26)	Correção (Nota 25)	Total
PIS	13.391	10.566	23.957
COFINS	61.003	47.428	108.431
Atualização Nov. /Dez/20	-	345	345
Total Geral 2020	74.394	58.339	132.733
Atualização 2021	-	2.424	2.424
Total Geral 2021	-	2.424	2.424
Atualização 2022	-	5.576	5.576
Total Geral 2022	-	5.576	5.576
Atualização 2023	-	3.241	3.241
Total Geral 2023	-	3.241	3.241
Atualização 2024	-	25	25
Total Geral 2024	-	25	25
Atualização 2025	-	71	71
Total Geral 2025	-	71	71

Conforme reconhecido expressamente pela decisão judicial transitada em julgado, os valores referentes aos recolhimentos indevidamente exigidos da Companhia poderão ser executados no próprio processo mediante liquidação, cumprimento de sentença e posterior pagamento através de precatório federal, ou através do aproveitamento de créditos de PIS e COFINS na escrita fiscal para compensação com outros débitos de tributos federais. O valor R\$ 102.599 foi compensado com demais débitos em DCOMP, o valor R\$ 13.045 foi recebido em 2024 através de precatório, e o valor de R\$ 17.089 foi considerado controverso e está sob análise da Receita Federal.

NOTA 04 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

NOTA 05-RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

5.1 Bases de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Stemac S.A. Participações e suas controladas apresentadas abaixo:

Controladas	País	% de Participação 31/12/2025	% de Participação 31/12/2024
Stemac S.A. Grupos Geradores	Brasil	99,9999%	99,9999%
Stemac Energia S.A.	Brasil	99,9944%	99,9944%

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes:

- a) Inclusão nestas demonstrações financeiras consolidadas, das sociedades controladas nas quais a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores e das sociedades coligadas nas quais a investidora tenha influência significativa;
- b) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação;
- c) Eliminação dos lucros não realizados entre as empresas do grupo;
- d) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- e) Destaque da participação dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado;
- f) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes;

5.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

5.3 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e essa compensação reflete a essência da transação.

5.4 Transações em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não-monetários pelas taxas da data da transação.

5.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

5.6 Instrumentos Financeiros

i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); custo amortizado; e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da empresa, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. Os ativos financeiros derivativos estão contemplados nesta categoria. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado.

Custo amortizado

São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação data na qual a empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A empresa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (*impairment*).

5.7 Instrumentos Financeiros Derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo.

As variações no valor justo de derivativos são registradas na demonstração do resultado.

5.8 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos, mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e ajustado pela provisão para *impairment* e necessária.

5.9 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

5.10 Propriedade para Investimento

Uma propriedade para investimento é reconhecida como ativo quando: (a) for provável que os benefícios econômicos futuros associados à propriedade para investimento fluirão para a entidade; e (b) o custo da propriedade para investimento possa ser mensurado confiavelmente.

Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

5.11 Imobilizado

As Companhias realizaram a revisão da vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação. Para fins dessa análise, as Companhias se basearam na expectativa de utilização dos bens, e a estimativa referente à vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, conforme experiência anterior com ativos semelhantes.

O valor justo apurado em 31 de dezembro de 2009 foi considerado como o custo atribuído destes ativos em 1º de janeiro de 2009, data de transição as normas internacionais de contabilidade (*IFRS – International Financial Reporting Standards*).

A variação entre o valor justo apurado em 31 de dezembro de 2009 e o custo de aquisição registrado no imobilizado em 1º de janeiro de 2009 foi reconhecida no Patrimônio Líquido da controlada Stamac S.A. Grupos Geradores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

5.12 Intangível

a) Software e Implantação de Sistemas e Processos

Os custos associados à manutenção de softwares e implantação de sistemas e processos são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de aquisição e desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- é tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- a administração pretende concluir o software e usá-lo;
- o software pode ser usado;
- o software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar o software; e,
- o gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como partes do produto de software incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

b) Licenças

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

c) Desenvolvimento de Protótipos

São ativos intangíveis gerados internamente, gastos incorridos na fase de desenvolvimento para novos projetos e processos de produção de produtos, custos de testes para garantir que o ativo está funcionando de maneira apropriada, cumprindo como os critérios de viabilidade técnica e de geração de benefícios futuros.

5.13 Impairment de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras.

5.14 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente, quando aplicável.

5.15 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

5.16 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

5.17 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia e suas controladas atuam e geram lucro real. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e suas controladas nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

5.18 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

5.19 Reconhecimentos das Receitas de Vendas

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções.

As Companhias reconhecem a receita quando:

- (I) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (II) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e,
- (III) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

5.20 Subvenções Governamentais

A subvenção governamental é reconhecida quando existe razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas relacionadas à subvenção e de que ela será recebida.

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

A companhia reconhece as subvenções governamentais como receita nos períodos apropriados uma vez que ela é recebida de uma fonte que não os acionistas e deriva de ato de gestão em benefício da entidade quando cumpre as regras das subvenções e determinadas obrigações. Assim como os tributos são despesas reconhecidas na demonstração do resultado, é lógico registrar a subvenção governamental que é, em essência, uma extensão da política fiscal, como receita na demonstração do resultado.

5.21 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

5.22 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem maior julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) *Impairment* dos ativos imobilizados e intangíveis;
- d) Expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social; e,
- e) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

NOTA 06 - GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC nº48, a Companhia e suas controladas revisaram os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) Recebíveis:** São classificados como recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização;
- b) Aplicações Financeiras:** São classificados como caixa e equivalentes de caixa e resgatáveis em curtíssimo prazo (inferior a 90 dias). Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado, com as variações nesses valores refletidas na demonstração do resultado;
- c) Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais;
- d) Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis;
- e) Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

• Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Para o gerenciamento do risco de taxa de juros, a Administração adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis.

A Administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotam política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

• Riscos de taxas de câmbio

O Grupo também está exposto ao risco de taxa de câmbio nas operações de captação de recursos indexadas a moeda estrangeira (Dólar e Euro).

Para reduzir esse risco, a Administração monitora permanentemente o mercado de câmbio e para eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados, a Companhia contrata operações com instrumentos financeiros derivativos:

- a) **Política de uso dos derivativos:** conforme política interna, o resultado financeiro deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo deve ter como contraparte um ativo ou um passivo descoberto;
- b) **Objetivos dos derivativos:** O objetivo é o gerenciamento de riscos, eliminando possíveis variações não esperadas nos resultados da Companhia, advindas destas operações;
- c) **Política de mensuração dos derivativos:** por se tratar de instrumentos para eliminar as variações de ativos ou passivos descobertos, os derivativos são mensurados a valor justo na data de apuração.

- **Risco de crédito**

As controladas não possuem concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, o Grupo somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito.

- **Risco de liquidez**

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, o Grupo possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

- **Gestão de risco de capital**

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

NOTA 07-CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	CONSOLIDADO	
	2025	2024
Caixas Bancos	90	73
Aplicações Financeiras	3.939	4.243
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	4.029	4.316

As aplicações financeiras são remuneradas pela taxa CDI.

NOTA 08-CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	CONSOLIDADO	
	2025	2024
Contas a Receber de Clientes Nacionais CP	63.181	54.490
Contas a Receber de Clientes Internacionais CP	247	23
Contas a Receber Partes Relacionadas CP (Nota 20.1)	335	19.223
Contas a Receber de Clientes Nacionais LP	14	14
	63.777	73.750
Provisão p/ Crédito de Liquidação Duvidosa	(12.523)	(13.762)
Total Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(12.523)	(13.762)
Contas a Receber de Clientes	51.254	59.988
Total Contas a Receber Circulante	51.240	59.974
Total Contas a Receber Não Circulante	14	14
<i>AgingList</i> Contas a Receber de Clientes	2025	2024
A vencer em até 3 meses	43.787	38.582
A vencer entre 3 meses a 1 ano	1.955	1.392
A vencer maior que 1 ano	3	915
Vencidos até 6 meses	5.497	2.596
Vencidos de 6 meses a 1 ano	277	181
Vencidos de 1 a 2 anos	412	591
Vencidos de 2 a 3 anos	701	188
Vencidos a mais de 3 anos	10.810	10.082
<i>Intercompany</i> (Nota 20.1)	335	19.223
Contas a Receber de Clientes	63.777	73.750

NOTA 09-ESTOQUES

	CONSOLIDADO	
	2025	2024
Produtos Acabados	-	567
Produtos em Elaboração	10.285	8.160
Matérias-Primas	16.866	15.423
Material para Embalagem	4	11
Estoque em Poder de Terceiros	1.280	662
(-) Estoque em Poder de Terceiros	(1.280)	(662)
Estoque Material de Consumo	614	631
(-) Provisão Perdas de Estoque	(278)	(720)
Total dos Estoques	27.491	24.072

Os estoques estão vinculados para liquidação de contratos de empréstimos e financiamentos da companhia.

NOTA 09.1 Adiantamentos a fornecedores

	CONSOLIDADO	
	2025	2024
Adiant. Importações em Andamento	10.701	9.957
Adiant. Fornec. Estoques	5.512	3.643
Outros Adiant. Fornec.	3.097	1.184
Total dos Adiantamentos	19.310	14.784

NOTA 10 - IMPOSTOS A RECUPERAR

CIRCULANTE	CONSOLIDADO	
	2025	2024
Imposto de Renda na Fonte	6	14
Contribuição Social na Fonte	26	71
Antecipação de IRPJ e CSLL (Nota 18)	644	992
IPI	613	575
ICMS	7.984	9.474
COFINS	78	214
PIS	17	46
Outros	5	5
Seguridade Social	682	685
Parcela Circulante	10.055	12.076

NÃO CIRCULANTE	CONSOLIDADO	
	2025	2024
PIS a Recuperar Imobilizado	1	-
COFINS a Recuperar Imobilizado	3	2
ICMS na Base do PIS e COFINS(a)	22.041	22.038
Parcela Não Circulante	22.045	22.040

- a) Refere-se ao resultado auferido pela ação judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS (Nota 03).

NOTA 11-INVESTIMENTO

11.1 Propriedade para Investimento

	CONSOLIDADO	
	2025	2024
Propriedade para Investimento	8.567	8.567
Total de Investimentos	8.567	8.567

Em 31 de dezembro de 2025, as propriedades para investimento, conforme CPC 28 / IAS 40, totalizavam R\$ 8.567 milhões, compostas por terrenos, imóveis e prédios, mantidos para valorização patrimonial. As propriedades para investimento estão mensuradas ao custo, líquido de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, e estão como garantia, com alienação fiduciária referente a contratação de linha de crédito para capital giro junto a FIDC.

11.2 Investimentos em Controladas

Nome	País	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Resultado	% de Participação	Equity
Em 31 de dezembro de 2024							
Stemac Energia S.A.	Brasil	7.974	19.830	(11.856)	(2.888)	99,99%	(2.888)
Total		7.974	19.830	(11.856)	(2.888)		(2.888)

Nome	País	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Resultado	% de Participação	Equity
Em 31 de dezembro de 2025							
Stemac Energia S.A.	Brasil	6.784	20.364	(13.580)	(1.724)	99,99%	(1.724)
Total		6.784	20.364	(13.580)	(1.724)		(1.724)

Nome	País	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Resultado	% de Participação	Equity
Em 31 de dezembro de 2024							
Stemac S.A. Grupos Geradores	Brasil	281.251	710.488	(429.237)	(45.799)	99,9999%	(45.799)
Total		281.251	710.488	(429.237)	(45.799)		(45.799)

Nome	País	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Resultado	% de Participação	Equity
Em 31 de dezembro de 2025							
Stemac S.A. Grupos Geradores	Brasil	282.289	690.860	(408.571)	20.666	99,9999%	20.666
Total		282.289	690.860	(408.571)	20.666		20.666

11.3 Provisão para Passivo Descoberto

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo em 1º de janeiro	(441.668)	(393.212)
<u>Equivalência patrimonial (Equity):</u>		
Participação nos resultados	18.942	(48.687)
Lucros a realizar (Nota 12)	228	231
Saldo em 31 de dezembro (a)	(422.498)	(441.668)

NOTA 12 - IMOBILIZADO

CONSOLIDADO

	Terrenos	Imóveis e Prédios	Máquinas e Equip.	Ferramentas	Instalações	Móveis e Utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Software Sist. Operac.	Imobiliz. Andam.	Total Imobilizado
Taxas de Depreciação Societária	0%	4%	10%	20%	10%	10%	30% a 42%	20%	20%	0%	
Em 31 de dezembro de 2023											
Custo	3.165	115.800	82.133	1.577	1.551	6.760	6.836	9.920	3.131	389	231.262
Dep. Acum. e Impairment	-	(28.737)	(69.525)	(1.477)	(1.087)	(6.302)	(4.355)	(9.658)	(3.131)	-	(124.272)
Valor líquido contábil	3.165	87.063	12.608	100	464	458	2.481	262	-	389	106.990
Saldo Inicial	3.165	87.063	12.608	100	464	458	2.481	262	-	389	106.990
Adições	-	-	30	44	8	125	-	235	-	-	442
Baixas	-	-	(2.915)	(5)	-	(2)	-	(4.127)	-	-	(7.049)
Lucros a Realizar (Nota 11)	-	-	231	-	-	-	-	-	-	-	231
Depreciação	-	(2.105)	(3.699)	(33)	(93)	(71)	-	(117)	-	-	(6.118)
Baixas da Depreciação	-	-	2.605	4	-	2	-	4.127	-	-	6.738
Saldo Final	3.165	84.958	8.860	110	379	512	2.481	380	-	389	101.234
Em 31 de dezembro de 2024											
Custo	3.165	115.799	79.479	1.616	1.559	6.883	6.836	6.028	3.131	389	224.885
Dep. Acum. e Impairment	-	(30.841)	(70.619)	(1.506)	(1.180)	(6.371)	(4.355)	(5.648)	(3.131)	-	(123.651)
Valor líquido contábil	3.165	84.958	8.860	110	379	512	2.481	380	-	389	101.234
Saldo Inicial	3.165	84.958	8.860	110	379	512	2.481	380	-	389	101.234
Adições	-	-	42	44	1	45	-	1	-	-	133
Baixas	-	-	(1.455)	-	-	(10)	-	(25)	-	-	(1.490)
Lucros a Realizar (Nota 11)	-	-	228	-	-	-	-	-	-	-	228
Reclassificação	-	-	-	-	(1)	1	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(2.105)	(3.139)	(34)	(89)	(50)	-	(146)	-	-	(5.563)
Baixas da Depreciação	-	-	1.455	-	-	10	-	24	-	-	1.489
Saldo Final	3.165	82.853	5.991	120	290	508	2.481	234	-	389	96.031
Em 31 de dezembro de 2025											
Custo	3.165	115.799	78.294	1.660	1.559	6.919	6.836	6.004	3.131	389	223.756
Dep. Acum. e Impairment	-	(32.946)	(72.303)	(1.540)	(1.269)	(6.411)	(4.355)	(5.770)	(3.131)	-	(127.725)
Valor líquido contábil	3.165	82.853	5.991	120	290	508	2.481	234	-	389	96.031

O montante de R\$ 3.094 (R\$ 4.964 no exercício de 2024) no exercício referente à depreciação do imobilizado foi debitado ao resultado na rubrica de "custos de produção", o montante de R\$ 28 (R\$ 26 no exercício de 2024) no exercício como "despesas comerciais" e o montante de R\$ 2.441 (R\$ 1.128 no exercício de 2024) no exercício como "despesas administrativas".

Os empréstimos e financiamentos da companhia estão garantidos pelos bens imóveis no montante de R\$ 19.174, suportados pelo valor justo atual dos imóveis, em montante superior aos saldos líquidos contábeis.

Financiamentos com Garantias de Penhor

Banco	Valor Financiamento em milhares de reais	Valor Garantia em milhares de reais	Garantia Penhor
Financiamento –BANCO DO BRASIL	19.174	19.174	Imóveis
Total	19.174	19.174	

NOTA 13-INTANGÍVEL

CONSOLIDADO	Direito de uso	Marcas e Patentes	Software Sist.Aplic.	Implantação Sist. e Proc.	Total Intangível
Taxas Anuais de Amortização	20%	-	20%	7%	
Em 31 de dezembro de 2023					
Custo	531	5	50.060	10.436	61.032
Dep. Acum. e Impairment	(500)	-	(34.483)	(5.676)	(40.659)
Valor líquido contábil	31	5	15.577	4.760	20.373
Saldo Inicial	31	5	15.577	4.760	20.373
Amortização	-	-	(4.006)	(538)	(4.544)
Saldo Final	31	5	11.571	4.222	15.829
Em 31 de dezembro de 2024					
Custo	531	5	50.060	10.436	61.032
Dep. Acum. e Impairment	(500)	-	(38.489)	(6.214)	(45.203)
Valor líquido contábil	31	5	11.571	4.222	15.829
Saldo Inicial	31	5	11.571	4.222	15.829
Amortização	-	-	(4.416)	(578)	(4.994)
Saldo Final	31	5	7.155	3.644	10.835
Em 31 de dezembro de 2025					
Custo	531	5	50.060	10.436	61.032
Dep. Acum. e Impairment	(500)	-	(42.905)	(6.792)	(50.197)
Valor líquido contábil	31	5	7.155	3.644	10.835

Os ativos classificados como intangíveis com vida útil indefinida são amortizados, e submetidos ao teste de recuperabilidade, de forma anual, não tendo sido identificadas perdas por "impairment".

O montante de R\$ 695 (R\$ 689 no exercício de 2024) no exercício referente à amortização do intangível foi debitado ao resultado na rubrica de "custos de produção", o montante de R\$ 403 (R\$ 340 no exercício de 2024) no exercício como "despesas comerciais" e o montante de R\$ 3.896 (R\$ 3.515 no exercício de 2024) no exercício como "despesas administrativas".

NOTA 14 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

O Grupo analisa a indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, observando as seguintes indicações:

Fontes externas de informação:

- (a) durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu sensivelmente, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- (b) mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;
- (c) as taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor em uso de um ativo em uso e diminuirão significativamente o valor recuperável do ativo;

Fontes internas de informação:

- (d) evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- (e) mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na medida ou maneira em que um ativo é ou será usado. Essas mudanças incluem o ativo que se torna inativo, planos para descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence, planos para baixa de um ativo antes da data anteriormente esperada e reavaliação da vida útil de um ativo como finita ao invés de indefinida; e,
- (f) evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.
- (g) Considerando estes fatores externos e internos, a administração não constatou indicação de perda.

NOTA 15-FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

FORNECEDORES	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores Nacionais	-	4	51.074	48.422
Fornecedores Internacionais	-	-	21.957	18.474
Fornecedores Partes Relacionadas (Nota 20.1)	80	80	7	7
Total	80	84	73.038	66.903

FORNECEDORES LONGO PRAZO	CONSOLIDADO	
	2025	2024
Fornecedores Habilitados Nacionais	29.100	37.505
Fornecedores Habilitados Internacionais	1.320	1.587
Fornecedores Não Habilitados Nacionais	6.186	4.144
Fornecedores Não Habilitados Internacionais	130	130
Total	36.736	43.366

Aging List Contas a Pagar	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2025	2024
Vencidos	-	-	11.799	13.816
A vencer em até 3 meses	80	84	48.711	39.812
A vencer entre 3 e 6 meses	-	-	3.643	2.705
A vencer de 6 meses a 1 ano	-	-	8.885	10.570
A vencer maior que 1 ano	-	-	36.736	43.366
Contas a Pagar a Fornecedores	80	84	109.774	110.269

OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	CONSOLIDADO	
	2025	2024
INSS a Recolher	1.754	2.642
Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.808	7.109
Sesi/Senai a Recolher	10	9
FGTS a Recolher	4.324	2.518
Rescisões	382	300
Provisão Férias	9.881	9.202
Total	24.159	21.780

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CURTO PRAZO	CONSOLIDADO	
	2025	2024
ICMS	806	425
ISSQN	1.143	1.209
PIS	377	203
COFINS	1.224	539
Imposto a Recolher/Fornec.	9.611	4.991
IPI	-	1
IR	1.744	1.750
ICMS Parcelamento	940	891
Pert - MP 783/17	193	178
Portaria Conj. PGFN - RFB Nº 15	6.700	6.027
Diversos	23	34
Parcelamento Simpl. Déb.	3.431	2.057
Parcelamentos Débitos RJ-PGFN/RFB (Nota 21.4)	9.759	7.643
Parcelamento Processo DRAWBACK – RFB	150	136
Parcelamento INSS Retido	124	111
Parcelamento PGFN EDITAL 03/23	4.109	3.681
Parcelamento ICMS RS (Nota 21.8)	5.549	-
Parcelamento Simpl. INSS 2025	2.938	-
Parcelamento Simpl. Déb. 2025	3.547	-
Parcelamento INSS PGFN	3.200	-
Total	55.568	29.876

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS LONGO PRAZO	CONSOLIDADO	
	2025	2024
Lei 11941/09 RFB	71	178
ICMS Parcelamento	4.365	5.061
ISSQN Parcelamento	1.551	2.276
Pert - MP 783/17	42	105
Portaria Conj. PGFN - RFB Nº 15	12.706	19.223
Parcelamento Simpl. Déb. (Nota 21)	6.712	7.327
Parcelamentos Débitos RJ-PGFN/RFB (Nota 21.4)	26.131	31.012
Parcelamento Processo DRAWBACK - RFB - LP	25	159
Parcelamento INSS Retido-LP	197	287
Parcelamento PGFN EDITAL	6.849	9.815
Parcelamento ICMS RS – LP (Nota 21.8)	74.909	-
Parcelamento Simp. INSS 25-LP	11.254	-
Parcelamento Simpl. Déb 25-LP	13.661	-
Parcelamento INSS PGFN - LP	12.240	-
Total	170.713	75.443

NOTA 16—EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Data Final dos Contratos	CONSOLIDADO	
		2025	2024
Circulante			
Capital de Giro		65.827	65.679
Financiamentos		33.222	49.344
Arrendamentos Financeiros		86	77
Empréstimos		54.942	55.038
		154.077	170.138
Não Circulante			
Capital de Giro	Mai/2027	4.501	89.545
Arrendamentos Financeiros	Ago/2027	65	151
Instituições Financeiras habilitadas na RJ	Jan/2033	55.523	122.518
Instituições Financeiras não habilitadas na RJ	Em Negociação	643	643
Instituições Financeiras na Recup. Extrajudicial		13.837	-
		74.569	212.857
Total de Empréstimos e Financiamentos		228.646	382.995

Custo médio dos empréstimos, financiamentos e Plano Recuperação RJ:

Operações	Modalidade	Encargos Anuais
Capital de Giro	Capital de Giro	CDI + 4,00% a.a.
RJ Classe I	-	IPCA - E
RJ Classe II	-	TR + 2% a.a
RJ Classe III	-	TR + 2% a.a
RJ Classe IV	-	TR + 2% a.a
RJ Classe Robin Hood	-	TR + 2% a.a
RJ Fornecedor Incentivador	-	100% CDI
RJ Financeiro Incentivador	-	TR + 4% a.a.
Extra Concursal	-	100% CDI
Extra Concursal	Nota Comercial	1,0999%a.m.
Extra Concursal	Nota Comercial	2,5951%a.m.
Extra Concursal	CG Novo FGI - Pré	1,20%a.m
Extra Concursal	-	100% CDI + 4,70% a.a.

Garantias

Os financiamentos bancários envolvem garantias de aval, hipoteca, carta fiança e alienação fiduciária.

NOTA 17-RECEITAS DIFERIDAS

Refere-se aos faturamentos efetuados, conforme previstos nas ordens de venda, porém os bens não foram transferidos aos compradores. Tais valores serão reconhecidos no resultado do exercício a medida em que os bens forem entregues, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 30 (R1).

NOTA 18 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	CONTROLADORA	
Ativo	2025	2024
IRPJ Estimativa a Compensar	216	581
CSLL Estimativa a Compensar	428	411
Total Ativo Circulante (Nota 10)	644	992

	CONSOLIDADO	
Ativo	2025	2024
Impostos Diferidos	4.748	2.233
Total Ativo Não Circulante	4.748	2.233

	CONSOLIDADO	
Passivo	2025	2024
Impostos Diferidos	424	649
Total Passivo Não Circulante	424	649

Movimentação no Resultado	CONSOLIDADO	
	2025	2024
Impostos Diferidos (diferenças temporárias)	2.740	(2.164)
Total Resultado	2.740	(2.164)

8.1 Impostos Diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do Imposto de Renda, sobre a Base Negativa de Contribuição Social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos, passivos e valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social.

A composição de ativos e passivos de imposto de renda diferido é a seguinte:

	2025			2024		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo Fiscal Diferido						
Prov. Dev. Duvidosos	2.580	929	3.509	2.953	1.064	4.017
Depreciação	(5.200)	(1.871)	(7.071)	(5.927)	(2.134)	(8.061)
Prov. Fiscais Prev. Trab.	9.666	3.480	13.146	8.627	3.106	11.733
Prov. Comissões	135	48	183	99	36	135
Prov. Garantia-CPC48 433013	208	75	283	79	28	107
(-) Rev. Prov. P. Absl 433017	69	25	94	105	38	143
Prov. Outras Perdas 433019	(4.639)	(1.671)	(6.310)	(4.638)	(1.670)	(6.308)
Prov. Custos a Realizar	150	54	204	75	27	102
Juros Leasing Contraprestação	522	188	710	268	97	365
Total Ativo Fiscal Diferido	3.491	1.257	4.748	1.641	592	2.233
Passivo Fiscal Diferido						
Rev. Prov. Dev. Duvidosos	(550)	(199)	(749)	(487)	(175)	(662)
Rev. Prov. Fis. Prev. Trab	(54)	(19)	(73)	(54)	(19)	(73)
Depreciação	663	239	902	765	275	1.040
Valor Justo Imóveis	253	91	344	253	91	344
Total Passivo Não Circulante	312	112	424	477	172	649

	2025	2024
Conciliação Imposto de Renda e Contribuição Social		
Resultado antes dos Tributos	35.312	1.992
Alíquota Nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados a Alíquota Nominal	12.006	(677)
Ajustes para Apuração do IRPJ e CSLL efetivos		
Subvenção Governamental para Investimento - RTD	(37.722)	(33.347)
Ajustes Temporais	(20.390)	(37.240)
Outros Ajustes	(53.353)	20.666
Reversão Diferimento 2022	25.622	27.704
Base IR e CS	(71.780)	(139.077)
Diferimento/ Imposto dos Ajustes Temporais	(6.196)	(11.748)
Diferimento RTD IR e CS	(737)	(913)
Diferimento Base IR e CS - Base Negativa	-	(22)
Reversão Diferimento 2022	8.712	9.419
Reversão Diferimento Períodos Anteriores - Leasing	961	1.100
IRPJ e CSLL	2.740	(2.164)
IRPJ	2.016	(1.589)
CSLL	724	(575)
Alíquota Efetiva	8%	-11%

Na adesão ao parcelamento individual, PERSE em 2023, os valores utilizados pelo auditor para uso da base negativa e prejuízo fiscal definidas por ele, foram diferentes, por isso temos IRPJ com valor negativo e CSLL com valor positivo.

NOTA 19- PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O Grupo mantém provisões para contingências trabalhistas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco “provável” pelos assessores jurídicos internos. A administração prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão. Em 2023 tivemos um aumento das reversões devido a muitos processos terem sido habilitados juntos a Recuperação Judicial e desta forma foram realizadas as despesas.

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2023	3.897	2.181	1.559	7.637
Constituída durante o período	96	31.997	2.635	34.728
Reversão de provisões	(89)	(25.633)	(2.006)	(27.728)
Em 31 de dezembro de 2024	96	31.997	2.635	34.728
Depósitos Judiciais Relacionados	3.921	975	589	5.485
Em 31 de dezembro de 2024	3.921	975	589	5.485
Constituída durante o período	50	30.402	8.438	38.889
Reversão de provisões	(96)	(31.997)	(2.635)	(34.728)
Em 31 de dezembro de 2025	50	30.402	8.438	38.889
Depósitos Judiciais Relacionados	3.840	1.995	129	5.964
Em 31 de dezembro de 2025	3.840	1.995	129	5.964
Efeito Líquido	(3.790)	28.407	8.309	32.926

NOTA 20 - PARTES RELACIONADAS

20.1 Transações com Partes Relacionadas

As transações comerciais realizadas com partes relacionadas são efetuadas em condições e prazos semelhantes às transações com terceiros não relacionados. Nos mútuos entre as Companhias, os contratos preveem taxas de juros similares ao custo de captação de recursos junto ao mercado financeiro.

	CONSOLIDADO	
PARTES RELACIONADAS MÚTUO ATIVO	2025	2024
Stepie Ulb S.A.	812	-
JNB Participações Societária LTDA.	118	-
JLB Participações Societária LTDA.	112	-
Total (Nota 08)	1.043	-

PARTES RELACIONADAS MÚTUO PASSIVO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2025	2024
Stemac S.A. Grupos Geradores	2.977	2.913	2.913	2.913
Stepie - Uni Energia	-	-	6.496	6.496
Stepie -UlB S.A.	-	-	13.316	14.352
Stemac Energia Ltda.	234	234	3.813	4.069
Total	3.211	3.147	26.538	27.830

FORNECEDORES PARTES RELACIONADAS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2025	2024
Stepie Ulb S.A.	-	-	7	7
Stemac S.A. Grupos Geradores	80	80	-	-
Total (Nota 15)	80	80	7	7

CLIENTES PARTES RELACIONADAS	CONSOLIDADO	
	2025	2024
Stepie Ulb S.A.	288	19.176
Stepie Uni Energia Ltda.	47	47
Total (Nota 08)	335	19.223

20.2 Remuneração do Pessoal da Administração

Conforme estabelecido foi atribuída à remuneração dos diretores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

	CONSOLIDADO	
	2025	2024
Remuneração Diretoria	1.230	1.308
Total	1.230	1.308

NOTA 21 - PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS

21.1 Parcelamento Lei Nº 11.941/09

Em consonância com os benefícios estabelecidos pela Lei nº 11.941/09, a Companhia optou pelo parcelamento em 13 de novembro de 2009, tendo suas adesões deferidas em dezembro de 2009 e consolidação em junho de 2011. Este parcelamento foi liquidado em 2024, sendo a última parcela paga em outubro de 2024.

21.2 Parcelamento PERT

Em consonância com os benefícios estabelecidos pela Medida Provisória nº 766/17 e Medida Provisória nº 783/17, e pelo Programa Especial de Regularização Tributária - PERT em 28 de setembro de 2017, incluindo débitos ainda não parcelados, e migrando saldos do Parcelamento da Lei nº 11.941/09.

21.3 Parcelamento simplificado PEPAR

Em consonância com os benefícios estabelecidos pela Lei 10.522, de 19 de julho de 2002, a companhia optou pelo parcelamento dos débitos tributários relativos a INSS e Demais Débitos, os débitos inclusos não formam objetos de parcelamentos anteriores e foram firmados em 60 prestações mensais. Os parcelamentos simplificados foram aderidos no decorrer dos anos de 2017, 2018, 2019, 2023 e 2024.

21.4 Parcelamento da Recuperação Judicial

Aderimos ao parcelamento da RJ junto a RFB, incluindo neste, débitos previdenciários e demais débitos em 60 prestações e débitos de Previdenciários (terceiros) e impostos retidos em 24 prestações, com adesão firmada em 21/05/2021. O parcelamento firmado em 60 prestações foi renegociado no ano de 2024 através de uma transação junto a Receita Federal.

21.5 PERSE

Em 2023 a Companhia fez adesão de novo parcelamento, com fundamento no art. 171 do Código Tributário Nacional, na Lei n. 13.988, de 14 de abril de 2020, e nas Portarias PGFN n. 6757/2022, e Portaria PGFN nº 7.917/2021 a Companhia irá através de um acordo individual migrar o Parcelamento especial para empresas em recuperação judicial para o parcelamento PERSE. Os débitos objeto desta transação são provenientes do parcelamento aderido em abril de 2021 onde no momento da adesão estão com os saldos de débitos previdenciários no valor de R\$ 19.649 e demais débitos no valor de R\$ 396. Como esta nova modalidade aderida em janeiro de 2023 havia benefício de encargos, foi registrado na conta Recuperação de Despesas o valor que a companhia obteve de redução de valores.

21.6 Parcelamento Edital 03/2023

Em setembro de 2023 a companhia aderiu ao parcelamento edital PGDAU Nº 3, de 25 de maio de 2023, onde incluiu alguns débitos previdenciários que estavam em aberto bem como alguns parcelamentos que haviam sido rescindidos. Nesta transação por haver benefício de encargos a companhia contabilizou na conta Recuperação de Despesas os valores desta redução.

21.7 Parcelamento 2024

Em maio de 2024 migramos o parcelamento de ISSQN da filial de SP para o PPI (plano de parcelamento incentivado) oferecido pela prefeitura, nesta nova modalidade com benefício de encargos registramos na conta de recuperação de despesa os valores de multas e juros anteriormente contabilizados.

Em agosto de 2024 registramos na conta de recuperação de despesas os valores referentes a compensação indevida feita na DCMP de ICMS na base de PIS E COFINS, onde compensamos indevidamente.

21.8 Parcelamento SEFAZ RS

Em 07/2025 a empresa aderiu ao parcelamento processo 24/1404-0027712-0 estabelecido pelo PROGRAMA EM RECUPERAÇÃO II (DECRETO Nº 57.844/24), onde negociou a dívida de ICMS referente ao auto de infração do período de 01/11/2012 a 31/12/2013 que deu origem ao processo judicial 5042002-66.2022.8.21.0001 protocolado junto ao TJRS. Mesmo com a possibilidade de êxito da ação o desconto proporcionado pelo parcelamento em questão fez com que a empresa decidisse pela adesão do mesmo e declinasse do processo que ainda estava em andamento. Foi negociado o montante de R\$79.824.056,40 para ser pago em 180 prestações que serão atualizadas mensalmente pela SELIC, sendo a primeira parcela referente a adesão paga no dia 29/07/2025.

NOTA 22 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

a) Capital Social

O Capital Social integralizado é formado por 194.283.572 ações, sendo 97.141.786 em ações ordinárias e 97.141.786 em ações preferenciais, todas nominativas com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, subscrito e integralizado inteiramente por sócios domiciliados no País perfazendo o montante de R\$ 194.284 (cento e noventa e quatro milhões, duzentos e oitenta e quatro mil). As ações preferenciais possuem as vantagens asseguradas no Estatuto Social.

b) Proposta de Distribuição do Resultado

A política de distribuição de dividendos e/ou juros sobre o Capital Próprio, na forma da Lei nº 9.249/95, imputados aos dividendos, está estabelecida no artigo 26 do Estatuto Social, de 25% no mínimo do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

b.1) Não foram apurados dividendos nos exercícios de 2024 e 2025.

NOTA 23 - RESULTADO POR AÇÃO

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Numerador	2025	2024
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da companhia		
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	9.555	(24.258)
Resultado disponível aos acionistas ordinários	9.555	(24.258)
	19.110	(48.515)
Denominador (em milhares de ações)		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	97.142	97.142
Quantidade de ações ordinárias emitidas	97.142	97.142
Total	194.284	194.284
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)		
Ação preferencial	0,10	(0,25)
Ação ordinária	0,10	(0,25)

NOTA 24-RECEITA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é a seguinte:

	CONSOLIDADO	
	2025	2024
Vendas brutas de mercadorias, produtos e serviços	461.260	414.429
Impostos e devoluções de vendas	(94.383)	(85.282)
Receita Líquida	366.877	329.147

Os valores referentes à controladora não foram apresentados nesta nota, uma vez que os saldos estão zerados para os exercícios de 2024 e 2025. Assim, optou-se por apresentar apenas os valores consolidados, conforme permitido pelas normas contábeis vigentes (CPC 36 (R3) e IFRS 10).

NOTA 25 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	CONSOLIDADO	
	2025	2024
Despesas Financeiras		
IOF	(97)	(55)
Despesas Bancárias	(942)	(659)
Juros Pagos	(36.882)	(14.130)
Juros s/ Empr. e Financiamentos	(25.520)	(48.664)
Provisão Juros Empr./Financ./Mútuos	-	(4.336)
Variação Cambial Passiva	(719)	(2.545)
Descontos Concedidos	(13.409)	(834)
Juros Leasing Financeiro	(24)	(15)
Juros Recuper.Judicial	(9.454)	(8.269)
Deságio Recuper.Judicial (Nota 2.1)	-	(1.835)
Total das Despesas Financeiras	(87.047)	(81.342)
Receitas Financeiras		
Juros Recebidos	779	1.323
Descontos Obtidos	75	13.481
Renda Aplicações Financeiras	247	1
Outras Receitas Financeiras	16.331	-
Ágio/Deság Recuper.Judicial (Nota 2.1)	56.230	310
Créditos Processos- Selic (Nota 03)	71	53
Rev.Prov.JRS.Emp/Fin	256	227
Ágio/Deság Plano-RE (Nota 2.3)	78.407	-
Total das Receitas Financeiras	152.396	15.395
Resultado Financeiro Líquido	65.349	(65.947)

Os valores referentes à controladora não foram apresentados nesta nota, uma vez que os saldos estão zerados para os exercícios de 2024 e 2025. Assim, optou-se por apresentar apenas os valores consolidados, conforme permitido pelas normas contábeis vigentes (CPC 36 (R3) e IFRS 10).

NOTA 26-OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	CONSOLIDADO	
	2025	2024
Outras Receitas e Despesas		
Recuperação de Despesa (Nota 21.5, 21.6 e 21.7)	6.743	14.599
Outras Receitas Operacionais	1.155	540
Perdas por Obsolescência	(797)	(73)
Subvenções Governamentais (Nota 26.1)	37.722	33.347
Aluguéis Recebidos	137	137
Ganho/Perda Venda Ativo	409	408
Indenizações	9	51
Total	45.378	49.009

Os valores referentes à controladora não foram apresentados nesta nota, uma vez que os saldos estão zerados para os exercícios de 2024 e 2025. Assim, optou-se por apresentar apenas os valores consolidados, conforme permitido pelas normas contábeis vigentes (CPC 36 (R3) e IFRS 10).

26.1 Subvenções Governamentais

A controlada Stemac S.A. Grupos Geradores utiliza a subvenção governamental sobre as vendas de Grupos Geradores e seus componentes. Seu valor correspondente está sendo investido na construção de nova planta fabril, aumento de capital e absorção de prejuízos. O valor apurado no período está reconhecido na Demonstração de Resultado do Exercício, no grupo de Outras Receitas e Despesas Operacionais. Nas Reservas de Lucros está lançado em conta específica a Reserva de Subvenção para Investimentos, no qual não fará parte da base de cálculo para distribuição de dividendos.

Em conformidade ao artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 a parcela de lucro incentivada foi excluída do cálculo do dividendo obrigatório, sendo utilizado integralmente para aumento de capital e absorção do prejuízo.

Subvenção Governamental

RESERVA DE SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS	
Subvenção Governamental 2011	9.299
Subvenção Governamental 2012	58.080
Subvenção Governamental 2013	64.157
Subvenção Governamental 2014	51.874
Subvenção Governamental 2015	70.107
Subvenção Governamental 2016	65.961
Subvenção Governamental 2017	29.450
Subvenção Governamental 2018	16.803
Subvenção Governamental 2019	13.468
Subvenção Governamental 2020	12.197
Subvenção Governamental 2021	15.054
Subvenção Governamental 2022	22.003
Subvenção Governamental 2023	22.083
Subvenção Governamental 2024	33.346
Subvenção Governamental 2025	37.722
Total Subvenção Governamental	521.604

RESERVA DE SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS	
Destinação p/ Reservas 2012	45.051
Destinação p/ Reservas 2013	41.178
Complemento Destinação p/ Reservas 2012	22.328
Complemento Destinação p/ Reservas 2013	22.979
Destinação p/ Reservas 2014	32.248
Destinação p/ Reservas 2015	40.050
Absorção de Prejuízo 2016	(25.791)
Absorção de Prejuízo 2017	(38.043)
Saldo a destinar	381.604

O saldo de R\$ 381.604 será destinado para Reservas de Subvenções Governamentais quando houver resultados futuros.

NOTA 27 - COBERTURA DE SEGUROS

Os bens da Companhia estão segurados conforme discriminado a seguir:

Tipo de seguro	Cobertura	Seguradora	Vencimento
Seguro veiculos leves	Cobertura de 03 veiculos – Compreensiva total, DM R\$ 100 mil, DC 200 Mil DMO R\$ 50 mil APP R\$ 20 mil.	Allianz Seguros	31/12/2026
Compreensivo Patrimonial	Incêndio, queda de raio, explosão, alagamento, inundação, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, equipamentos móveis e vendaval R\$ 80 Milhões.	HDI Global	12/04/2026
Responsabilidade Civil	RC estabelecimento comercial, empregado, prestação serviços local de terceiro, obras civis, produtos, e danos morais R\$ 15. milhões	AIG Seguros	03/03/2027
RD Usinas	Cobertura para os equipamentos das Usinas de venda de Energia (Cobertura básica + Roubo+DanoElétrico) VR: R\$ 10.920 milhões - LMI R\$ 5 milhões.	Berkley Seguros	24/08/2026
Seguro de Vida em Grupo	Cobertura básica - Morte por qualquer natureza 20 vezes o salário.	MAG Seguros	Indeterminado
Responsabilidade Civil Profissional	Garante o pagamento do prejuízo financeiro decorrentes de reclamações de terceiros por danos causados durante a prestação de serviços profissionais pelos quais o segurado seja responsabilizado civilmente até o valor de R\$ 10 milhões.	Kovr Seguros	20/05/2026
Transportes Importação	Cobre danos causados na carga em trânsito, na operação de carga e descarga e roubo em operação de importação de materiais. US\$ 700 mil	Akad Seguros	Indeterminado

A Administração considera que o montante de cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações industriais e administrativas.

NOTA 28 - AJUSTE A VALOR PRESENTE

Conforme CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, por se tratar de valores irrelevantes nas contas de clientes, outros créditos e fornecedores de curto prazo não houve ajustes a valor presente no resultado da Companhia.

NOTA 29 -INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - EBITDA (LAJIDA)

Apresentamos abaixo a medição econômica LAJIDA (lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização).

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2025	2024
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	19.110	(48.515)	19.110	(48.515)
(+) IR, CSLL	-	-	(2.740)	2.164
(+) Despesas (Receitas) Financeiras Líquidas	-	-	(65.349)	65.947
(+) Depreciações e Amortizações	-	-	10.555	10.661
Ebitda	19.110	(48.515)	(38.424)	30.257
Margem Ebitda	0,00%	0,00%	(10,5%)	9,2%